



## PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO 2025.

### DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO DE IDENTIFICAÇÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara aprovou, e eu, Prefeito Antonio Joaquim Tomazini Filho, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Município de São Bento do Sul/SC, o Cadastro de Identificação Municipal da Pessoa com Deficiência, destinado à organização, identificação, inclusão e acompanhamento das pessoas com deficiência residentes no município.

**Art. 2º** O Cadastro terá como finalidade:

- I – identificar e mapear o número de pessoas com deficiência no município;
- II – subsidiar políticas públicas específicas voltadas às necessidades desse público;
- III – auxiliar no planejamento de ações e programas nas áreas de saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana, emprego e renda;
- IV – promover a integração dos dados com as secretarias municipais responsáveis, respeitada a legislação de proteção de dados.

**Art. 3º** O cadastramento será voluntário, eletrônico e realizado mediante a apresentação de documentos e laudo médico que conste o CID da deficiência, bem como demais informações que possam contribuir para a formulação de políticas públicas, podendo conter, dentre outras:



I – Dados pessoais básicos;

II – Tipo e grau da deficiência;

III – Situação socioeconômica;

IV – Necessidades específicas relacionadas à acessibilidade, saúde, mobilidade e educação;

V – Informações sobre atendimentos ou serviços já utilizados no município.

**Art. 4º** O Poder Executivo manterá o cadastro atualizado, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo contar com a colaboração de outros órgãos e entidades públicas.

**Art. 5º** O cadastro será disponibilizado em plataforma eletrônica e segura, podendo o ente público, emitir carteira ou documento municipal que identifique a pessoa cadastrada, garantindo-lhe acesso mais ágil a serviços e programas municipais destinados às pessoas com deficiência.

**Art. 6º** Os dados coletados no Cadastro deverão respeitar as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei Federal nº 13.709/2018), devendo ser utilizados exclusivamente para fins de elaboração, execução e aprimoramento de políticas públicas.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2025.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO  
PREFEITO

DIEGO NIESPODZINSKI  
VEREADOR



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir o Cadastro de Identificação Municipal da Pessoa com Deficiência, instrumento essencial para garantir planejamento adequado, políticas públicas eficientes e atendimento humanizado às pessoas com deficiência em São Bento do Sul.

Atualmente, o município carece de dados organizados e integrados sobre essa população, o que dificulta a implementação de ações eficazes nas áreas de saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana e emprego e renda. A inexistência de um banco de informações atualizado compromete o desenvolvimento de políticas inclusivas e o direcionamento adequado de recursos públicos.

Com o cadastro, será possível:

- conhecer o número real de pessoas com deficiência no município;
- identificar suas principais necessidades e demandas;
- facilitar o acesso a serviços e programas municipais;
- fortalecer ações de inclusão social;
- melhorar o planejamento administrativo;
- garantir maior eficiência na aplicação de recursos públicos.

Além disso, a criação de um documento municipal de identificação contribuirá para simplificar procedimentos e reconhecer formalmente as pessoas com deficiência como prioridade nas políticas públicas locais.

Trata-se, portanto, de medida de justiça social, modernização administrativa e fortalecimento das políticas inclusivas, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a LGPD, garantindo segurança e sigilo dos dados coletados.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste Projeto.

DIEGO NIESPODZINSKI

Vereador - MDB